corresponde a mais de 50% (cinquenta por cento) das despesas realizadas pelo candidato. 2. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do e. relator.

SALA DAS SESSÕES, 30 de outubro de 2017.

DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ DE DIREITO ALDARY NUNES JUNIOR, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 146

PROTOCOLO Nº 16.337/2017 – SECRETARIA DO TRE/ES

ASSUNTO: PROCEDIMENTO RELATIVO À ALTERNÂNCIA ENTRE JUÍZES NAS FUNÇÕES ELEITORAIS DA 6ª ZE – Colatina (RESOLUÇÃO TSE 21009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015, E RESOLUÇÃO TRE/ES 612/2007, ALTERADAS PELAS RESOLUÇÕES TRE/ES 884/2010, 816/2015, 001/2016 E 160/2016).

REQUERENTE: Secretaria de Gestão de Pessoas.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, DESIGNAR A DRA. PAULA MOSCON, MM. JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE COLATINA, PARA TER A INCUMBÊNCIA DO SERVIÇO ELEITORAL DA 6ª ZONA ELEITORAL – COLATINA.

SALA DAS SESSÕES, 25 de setembro de 2017.

DES. SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, Presidente

DES. SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

DR. HELIMAR PINTO

DR. ALDARY NUNES JUNIOR

DR. ADRIANO ATHAYDE COUTINHO

DR. RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE

DR. MARCUS VINICIUS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 151

PROTOCOLO Nº 18.635/2017 – SECRETARIA DO TRE/ES

ASSUNTO: PROCEDIMENTO RELATIVO À ALTERNÂNCIA ENTRE JUÍZES NAS FUNÇÕES ELEITORAIS DA 20ª ZE – ARACRUZ (RESOLUÇÃO TSE 21.009/2002, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES TSE 22.197/2006 E 23.449/2015), C/C RESOLUÇÃO TRE/ES Nº 127/2017.

REQUERENTE: Secretaria de Gestão de Pessoas.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, DESIGNAR O DR. VINICIUS DONÁ DE SOUZA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACRUZ/ES, PARA TER A INCUMBÊNCIA DO SERVIÇO ELEITORAL DA 20ª ZONA ELEITORAL – ARACRUZ/ES.

SALA DAS SESSÕES, 06 de novembro de 2017.

DES. SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, Presidente

DES. CARLOS SIMÕES FONSECA
DR. HELIMAR PINTO
DR. ALDARY NUNES JUNIOR
DR. ADRIANO ATHAYDE COUTINHO
DR. RODRIGO MARQUES DE ABREU JÚDICE
DR. MARCUS VINICIUS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 150

PROCESSO PC Nº 53-91.2016.6.08.0000 - CLASSE 25ª - VITÓRIA - ES - (PROT Nº 15.643/2016)

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2015.

REMETENTE: Partido Pátria Livre (PPL) - Estadual, Por Seus Responsáveis.

ADVOGADO: Dr. José Miranda Lima - OAB: 3752/ES.

RELATOR: JUIZ FEDERAL MARCUS VINICIUS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA.

EMENTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO FINANCEIRO. ANO 2014. PARTIDO PÁTRIA LIVRE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DAS CONTAS. CONTAS JULGADAS NÃO PRESTADAS. SUSPENSÃO DAS NOVAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO. DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES AO TESOURO NACIONAL. ENVIO DOS AUTOS À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL PARA ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS DO ARTIGO 14 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, QUE TRATA DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.

- 1. A agremiação partidária deixou de apresentar documentos essenciais à análise de regularidade de suas contas, previstos no artigo 29 da Resolução TSE nº. 23432/2014, não obstante ter sido intimada diversas vezes para tanto.**
- 2. Diante da ausência destes documentos essenciais, a Justiça Eleitoral fica impedida de promover o controle, a fiscalização e a análise da regularidade das movimentações financeiras realizadas pela agremiação partidária, impondo a Resolução TSE nº. 23432/2014 em seu artigo 45, V, b) que as contas sejam julgadas como não prestadas.**
- 3. Suspensão das novas cotas do fundo partidário e registro de inadimplemento da agremiação na base de dados da Justiça Eleitoral, enquanto não for regularizada a situação do Partido, nos termos do artigo 37-A da Lei de nº 9.096/96 c/c art. 47 da Resolução do TSE de nº 23.432/14.**
- 4. Determinação de devolução ao Tesouro Nacional do valor de R\$ 100,00 (cem reais), haja vista que se trata de numerário o qual não foi possível verificar a sua origem, sendo, por tal razão, considerado irregular.**
- 5. Envio de cópia dos autos à Secretaria da Receita Federal para análise do cumprimento dos requisitos dispostos nos artigos 14 do Código Tributário Nacional para fruição da imunidade prevista nos artigos 150, inciso VI, alínea "c" da CF/88 c/c o art. 9º, IV, alínea "c" do Código Tributário Nacional.**

Vistos etc.

RESOLVEM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, JULGAR AS CONTAS COMO NÃO PRESTADAS, nos termos do voto do e. relator.

SALA DAS SESSÕES, 06 de novembro de 2017.

DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA, PRESIDENTE

JUIZ FEDERAL MARCUS VINICIUS FIGUEIREDO DE OLIVEIRA COSTA, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 149

PROCESSO PC Nº 69-16.2014.6.08.0000 - CLASSE 25ª - VILA VELHA - ES - (PROT Nº 3.995/2014)